



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Conflito de Competência nº: **332929-3**

Suscitante: **Juízo de Direito da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca do Recife/PE**

Suscitado: **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

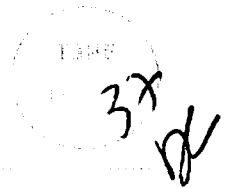
EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESPEJO. SUCESSÃO HEREDITÁRIA. TEMA ESTRANHO. PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA UNIVERSAL PREVENTIVA. INAPLICABILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL. COJE. 1. As ações de despejo em geral, no âmbito do Estado de Pernambuco, são da competência dos Juízos Cíveis, razão pela qual não são atraídas ao Juízo onde se processam demandas relativas à sucessão hereditária (Sucessões e Registros Públicos) em face do princípio da competência universal preventiva - artigos 78 e 82, inciso I, da Lei Complementar Estadual 100/2007 - Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco. Conflito de Negativo de Competência conhecido para declarar competente o Juízo Suscitado. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Conflito de Competência nº 332929-3**, da Comarca do Recife, em que figuram como Suscitante o **Juízo de Direito da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca do Recife/PE**, e como Suscitado o **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **CONHECER** o Conflito Negativo de Competência, e declarar **COMPETENTE** para processar e julgar a **Ação de Despejo por Falta de Pagamento nº 0031487.06.2001.8.17.0001**, o **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Junho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Conflito de Competência nº: **332929-3**

Suscitante: **Juízo de Direito da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca do Recife/PE**

Suscitado: **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Relatório

Cuida-se de **Conflito Negativo de Competência** suscitado pelo **Juízo de Direito da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca do Recife/PE** em face do **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE**, quanto à **Ação de Despejo por Falta de Pagamento nº 0031487.06.2001.8.17.0001**, promovida pelo **Espólio de Clara Chwarts** contra **Aneci Falcão**.

Às fls. 04/07, o Suscitante delineia as razões pelas quais arguiu o presente conflito, consistentes, em síntese, na previsão do art. 96 do CPC, que estipula a competência do Juízo do Inventário, ficando a cargo do Juízo Cível comum o restante da competência, chamada de competência residual.

No caso do Estado de Pernambuco, o Código de Organização Judiciária (Lei Complementar nº 100/2007) limita, em seu art. 78, a competência das Varas Cíveis para "*processar e julgar as ações de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas*", como aquela do Juízo de Sucessões, estabelecida pelo art. 82 do mesmo COJE.

Informes prestados pelo Juízo Suscitado às fls. 20/21.

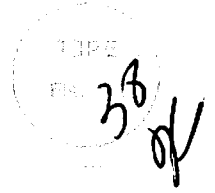
Parecer da Procuradoria de Justiça pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo Suscitado (v. fls. 30/32).

Está feito relatório.

Feito que dispensa inclusão em pauta a teor do art. 85, "i", do RIJPTE.

Recife, 03 de Junho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Conflito de Competência nº: **332929-3**

Suscitante: **Juízo de Direito da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca do Recife/PE**

Suscitado: **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

O art. 96 do Código de Processo Civil estabelece que:

"Art. 96. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro." (grifei)

Na lição de Humberto Theodoro Júnior, "o foro do inventário é universal, de sorte que, além do processo sucessório, atrai para si a competência especial relativa a todas as ações em que o espólio seja réu (art. 96, in fine)"¹.

Assim, havendo inventário em andamento no foro, os demais processos em que o espólio for réu seriam lá distribuídos.

Entretanto, é necessário fazer um breve parêntese acerca da competência do foro e da competência do juiz.

Na lição de Humberto Theodoro Júnior, "foro é o local onde o juiz exerce as suas funções. Mas no mesmo local podem funcionar vários juízes com atribuições iguais ou diversas conforme a Organização Judiciária. Se tal ocorrer, há de se determinar, para uma mesma causa, primeiro qual o foro competente e, depois, qual o juiz competente. Foro competente, portanto, vem a ser a circunscrição territorial (seção judiciária ou comarca) onde determinada causa deve ser proposta. E juiz competente é aquele, entre os vários existentes na mesma circunscrição, que deve tomar conhecimento da causa, para processá-la e julgá-la. A competência dos juízes é matéria pertencente a Organização Judiciária local. A do foro é regulada pelo Código de Processo Civil".²

Ante a tais avaliações, cumpre observar que o Código de Organização Judiciária de Pernambuco (Lei Complementar nº 100/2007) dispõe acerca da competência das varas cíveis, ao registrar no art. 78: "Compete ao Juízo de Vara Cível processar e julgar as ações de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas."

No caso em comento, o Juízo de Sucessões recebeu, para processamento e julgamento, ação cível sem a mínima relação com a jurisdição definida pelo art. 82 do COJE³, exclusivamente respeitante a sucessão hereditária, como são as ações de inventário, arrolamentos, partilhas, petições de herança,

¹ Theodoro Júnior Humberto. Curso de Direito Processual Civil Volume I. Ed. Forense, 50ª edição, p. 174

² Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil Volume I. Ed. Forense, 50ª edição, p. 166

³ "Art. 82 - Compete ao Juízo de Vara de Sucessões e Registros Públicos:

1 - quanto à jurisdição de sucessões, processar e julgar:

a) os inventários, arrolamentos e partilhas, divisão geodésica das terras partilhadas e demarcação dos quinhões;
b) as ações de nulidade, de anulação de testamentos e legados, assim como as pertinentes à execução de testamento;

c) as ações relativas à sucessão mortis causa, inclusive fideicomisso e usufruto, cancelamentos, inscrições e sub-rogações de cláusulas ou gravames, ainda que decorrentes de atos entre vivos;

d) as ações de petição de herança quando não cumuladas com as de investigação de paternidade;

e) as declarações de ausência e abertura de sucessão provisória e definitiva, e as ações que envolvam bens vagos ou de ausentes, e a herança jacente e seus acessórios;

f) os pedidos de alvarás relativos a bens de espólio."

demandas para se declarar a nulidade de testamentos e legados, pedidos de alvará referentes e bens de espólio, etc.

Todas elas estão devidamente elencadas pelo referido dispositivo, que limita o rol de discussão justamente àquelas hipóteses, não admitindo, pelo elenco taxativo, que pedidos estranhos sejam sequer recepcionados, como os formulados em ações de despejo, razão pela qual é inaplicável o princípio da competência universal preventiva.

A respeito do tema, anotem-se os julgados a seguir:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. QUESTÃO ESTRANHA À SUCESSÃO HEREDITÁRIA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA UNIVERSAL PREVENTIVA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL. EXEGESE SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS 78 E 82, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 100/2007 - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. - A lide que originou o presente conflito negativo se constitui em uma ação de reintegração de posse, onde se vislumbra o interesse do menor em face de terceiros que supostamente teriam passado a ocupar o imóvel após o falecimento de seu genitor, questão estranha à sucessão hereditária, daí resultando inaplicável o princípio da competência universal preventiva - vis attractiva de potencial processo de arrolamento ou inventário - justificando o processamento da ação na Vara Cível; - Interpretação sistemática dos artigos 78 e 82, inciso I, da Lei Complementar Estadual 100/2007 - Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco; - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Suscitado da 8ª Vara Cível da Comarca do Recife." (TJPE, Conflito de Competência nº 214739-9, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, d.u. j. 28.07.2010, p. 10.08.2010) – sem grifo no original

Colha-se, do judicioso parecer da Procuradoria de Justiça, que converge com a posição acima externada, a seguinte passagem: "Da análise das matérias dispostas no citado artigo, constata-se que a controvérsia em exame não se enquadra nos dispositivos que tratam da competência das Varas de Sucessões e Registros Públicos. Destarte, é forçoso concluir que a Ação de Despejo em comento não deve ser processada perante este Juízo.

Ante o exposto, conheço do conflito negativo de competência acima epigrafado, e com amparo no artigo 122 do Código de Processo Civil, **DECLARO** o suscitado **Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE** o **COMPETENTE** para processar e julgar a **Ação de Despejo por Falta de Pagamento nº 0031487.06.2001.8.17.0001.**

É como voto.
Recife, 03 de  de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

jbss